

CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E GESTÃO DEMOCRÁTICA ¹

Flávia O. C. Werle²
Júlia Leiria Hameister³
Mariana Bauer⁴

RESUMO

O presente artigo realiza uma análise de entrevistas efetuadas em três Conselhos Municipais de Educação (CME) do Rio Grande do Sul a partir da sistematização de dissertações de mestrado sobre a estrutura e histórico de outros CMEs. É um estudo que objetiva avaliar o contexto e caracterização de cada proposta de ação educacional e o quão influente os Conselhos são em relação às políticas voltadas para o acompanhamento e melhoria dos resultados obtidos em provas de rendimento e índices da qualidade da educação.

Palavras chave: Conselho Municipal de Educação; Prova Brasil; Sistema Municipal de Ensino.

Área: Educação

¹Artigo produzido no âmbito do Projeto "Indicadores de Qualidade e Gestão Democrática – Núcleo em Rede", vinculado ao Observatório de Educação CAPES/INEP – Projeto OE 146/2011 coordenado pela Professora Dra. Flávia O. C. Werle.

²Doutora e Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) - flaviaw2008@gmail.com

³Bolsista do Observatório/UNISINOS-RS.

⁴Bolsista do Observatório/UNISINOS-RS.

INTRODUÇÃO

A partir da sistematização de dissertações de mestrado sobre a estrutura e histórico de cinco Conselhos Municipais de Educação (CME), foi realizada uma análise de entrevistas efetuadas em outros três Conselhos do Rio Grande do Sul. A escolha desses três municípios decorreu dos valores obtidos na Prova Brasil 2009, ou seja, foram selecionados municípios com Sistema Municipal de Ensino (SME) criado e que apresentam alta pontuação considerando a nota padronizada da Prova Brasil 2009. A abordagem dos presidentes desses colegiados objetiva identificar o quão influente o CME é em relação a ações e políticas locais referentes à qualificação da educação básica.

A gestão da educação municipal é um espaço complexo de múltiplos atores e de intervenção de questões sociais, políticas, econômicas e pedagógicas. Os colegiados escolares se destacam como uma estrutura relevante, em direção a uma gestão mais democrática da educação.

1. CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Embora sem autonomia, a Lei Federal nº 5.692/71 já previa a criação dos CME, mas foi somente após a promulgação da Constituição de 1988 que a questão da descentralização da educação se torna lei quando se propõe a organização dos sistemas de ensino próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. Antes mesmo da Constituição de 1988, em 1986 já existiam quarenta e três CMEs no RS ligados às Secretarias Municipais Educação discutindo as políticas locais dentro das atribuições do Conselho Estadual. Nos últimos anos, após a LDB 9.394/96 quando os municípios começaram a criar seus próprios sistemas de ensino, acentuou-se a necessidade de trabalho em regime de colaboração, pois a descentralização da educação não poderia concorrer com a pulverização normativa. O Plano Nacional de Educação traçou como metas aperfeiçoar o regime de colaboração entre sistemas de ensino, entre redes e sistemas de ensino municipais e a criação de Conselhos Municipais da Educação. Dessa forma, os CMEs passam a desempenhar papel estratégico na organização e planejamento da educação.

Até a Constituição de 1988, os Conselhos tinham papel predominantemente técnico-pedagógico, atuando nas áreas burocráticas e de planejamento educacional. Dessa forma, possuíam funções de natureza consultiva, normativa, deliberativa e de assessoramento ao órgão executivo de educação. Após a Constituição em 1988, os CMEs passam a ser mediadores entre governo e sociedade, defendendo os direitos sociais, como o direito a todos por um ensino de qualidade. E, além de ter suas

antigas funções mantidas, os Conselhos também passam a atuar na fiscalização e/ou controle social, desempenhando também funções normativas, propositivas e mobilizadoras; atuando na área de políticas públicas.

Os Conselhos são espaços singulares constituídos em vinculação muito peculiar e estreita como do contexto histórico e sócio-político de cada lugar, não sendo apenas reflexo do sistema que o condiciona. Relacionam-se de maneira normativa-legal visto que sua realidade é complexa, plural, imprevisível e repleta de possibilidades.

Segundo Werle e colaboradores (2008), todos os municípios são autônomos para organizar e gerir o seu sistema de ensino. Sabe-se que a implantação de um CME é fundamental para a autonomia de um Sistema Municipal. As autoras afirmam que, existe a necessidade de espaços participativos mais largos na educação pública brasileira. O CME tem a função de intermediar o contato entre o Estado e a sociedade, gerando, dessa maneira, uma democracia participativa. O Conselho tem um papel importantíssimo de planejamento da educação nos municípios, por isso espera-se que sua composição seja mais democrática e supere as escolhas personalistas.

O Conselho Estadual do Rio Grande do Sul, em seu Parecer 26/2005, caracteriza o CME como um órgão colegiado que visa ao exercício do diálogo, do debate e da decisão participada, gozando da autonomia para a tomada de decisões.

Os integrantes dos Conselhos são responsáveis pelo diálogo com a sociedade, atuando como instrumentos possibilitadores da democratização. Assim, as deficiências na composição do Conselho e na relação entre o Conselho e a sociedade impõem limites à participação democrática.

2. SISTEMATIZAÇÃO DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO

Foram estudadas dissertações de mestrado que focalizam Conselhos Municipais de Educação do RS e que caracterizam os Conselhos do município A, pertencente à Associação dos Municípios do Alto Jacuí (AMAJA), do município B da Associação dos Municípios do Alto da Serra do Botucaraí (AMASBI), bem como os CMEs de Porto Alegre, de Feliz e de Dom Pedrito.

Darci Bueno da Silva (2009), em seu estudo Conselhos Municipais de Educação na Instituição dos Sistemas Municipais de Ensino do Rio Grande do Sul, caracterizou os municípios A e B, da AMAJA e da AMASBI, respectivamente. O município A teve seu Conselho criado em 1931. Sua população total segundo o censo era de 54.851 habitantes, sendo 3.327 na área rural. O CME é composto por nove conselheiros, dois de livre escolha do prefeito e sete indicados por entidades representativas; o mandato cessa

de dois em dois anos. São escolhidas pessoas de comprovada ética profissional e com experiência na área. O CME tem função consultiva, normativa, fiscalizadora e deliberativa. Reúnem-se uma vez por mês e vem sendo utilizado um turno por semana para estudo, mas conforme a demanda há até três reuniões por semana. No período de estudo (1997 a 2008) ainda contava com envolvimento da Secretária Municipal de Educação e com duas conselheiras especialistas em legislação. (SILVA, 2009). Segundo Silva (2009), o Conselho possui autonomia para a tomada de suas decisões e é referência para toda a região. Também já foram normatizadas todas as etapas de ensino de responsabilidade do sistema municipal.

Darci Bueno da Silva também estudou o município B, que possui população de 3.637 habitantes, sendo 2.375 na área rural. Seu CME foi criado em 1991. O Conselho possui cinco membros, formado por representantes dos professores (três professores do ensino público ou particular), um do executivo municipal e uma vaga para uma entidade escolhida pelo executivo. O mandato de três dos componentes dura quatro anos e de dois dos componentes dura dois anos. As reuniões ocorrem quinzenalmente e nelas são realizados estudos e discussões de casos que envolvam necessidade e peculiaridade, como o Ensino Fundamental de nove anos.

No que diz respeito a esses dois municípios, Silva (2009), frisa dois fatores para que ambos os Conselhos exerçam suas funções com autonomia: sede própria e ambos os CMEs possuírem presidência que não é de cargo de confiança e não tem vínculo empregatício com o município. O estudo sobre os CMEs demonstra também que a qualificação é um fator importante, pois evita a subordinação nas relações com o Executivo, sendo assim, o grande desafio na formação de um Conselho é possuir a participação da sociedade civil com o devido conhecimento e qualificação para que se busque uma atuação satisfatória.

Lúcio José Dutra Lord (2005) caracterizou o CME do município de Porto Alegre em sua dissertação intitulada O Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre: estrutura, funcionamento e papel político-pedagógico. O CME foi criado em 1991 e é um órgão consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador do Sistema Municipal de Ensino.

O autor traça um breve histórico do contexto sócio-político afirmando que a partir de 1970, passaram a ocorrer em Porto Alegre movimentos populares que reivindicavam melhores políticas sociais. Com a abertura política em 1980, os partidos de esquerda buscaram se organizar com líderes de movimentos populares para atender as massas, onde os professores foram os mais ativos e influentes. Queriam um Conselho com múltiplas atribuições, sem ser apenas consultivo, mas que deliberasse sobre questões de cunho pedagógico. O mandato da presidência ficou estabelecido por dois anos. O trabalho do órgão passa pela assessoria que é encarregada de orientar os conselheiros que se reúnem uma vez

por semana, enquanto a assessoria trabalha 40 horas semanais junto à presidência.

Segundo Lord, com os anos, o aumento dos atores envolvidos fez com que fosse necessária uma discussão e alteração na composição do órgão. O CME conta com orçamento administrado pelo setor financeiro da Secretaria Municipal, gerando demora e ineficiência na aplicação dos recursos. A autonomia financeira do Conselho, prevista desde 1991, ainda não foi alcançada por falta de prioridade por parte do poder público local. Outro ponto que interfere na autonomia do conselho é a questão de sua própria administração. Por essa assessoria ser disponibilizada, o órgão está exposto à disposição de pessoal por parte do poder público. Com intenso envolvimento da comunidade escolar e do Conselho, em 1998, foi criado o Sistema Municipal de Ensino de POA, reafirmando e expandindo a importância do CME na elaboração de políticas educacionais. Conforme afirma o autor, há a dependência do Conselho em relação ao governo municipal não só em espaço físico, mas ao quadro de funcionários que são concedidos pelo próprio. Dessa maneira, esses aspectos tornam a evolução do Conselho sobre bases incertas, que dependem do governo e suas garantias.

Wanderlan Barreto da Rosa (2001) estudou o CME do município de Dom Pedrito em sua dissertação *Estilo de gestão em Conselhos municipais e sua influência numa administração pública municipal: caso do Conselho Municipal de Educação de Dom Pedrito*. Seu CME foi criado em 1993 e o município possui aproximadamente 40.000 habitantes (IBGE 2000). Tem funções de órgão colegiado e normativo, mas que pode atuar como fiscalizador e vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Educação. Existe para melhor orientar e instrumentalizar a educação no município, emitindo pareceres e determinar o fechamento de escolas que não estiverem atendendo aos preceitos legais. É um CME é composto de nove conselheiras titulares. De procedência governamental (Estadual e Municipal) são duas conselheiras e sete representantes da sociedade civil (professoras aposentadas), todas mulheres, mostrando que o governo municipal tem minoria no Conselho. De acordo com Rosa (2001), isso mostra a intenção de ter como componentes verdadeiros representantes da comunidade para atuarem sem estarem presos a correntes político-partidárias.

O CME possui estilo de gestão participativo-consultivo, uma vez que as conselheiras, diretoria e outros são muito unidos e trabalham dentro de um quadro de confiança mútua, em que todas participam ativamente, havendo grande consenso e boa comunicação.

Nesse contexto também há a necessidade de melhorias nas condições de trabalho, que não são as melhores. Há também pouco estímulo para treinamentos e os recursos são poucos ou são de baixa qualidade, onde a diretoria do Conselho participa dos eventos com recursos próprios. O CME trabalha junto com o Executivo e a

Secretaria Municipal de Educação, normatizando e embasando as decisões do poder público e legitimando as ações na educação. De acordo com Rosa (2001), o relacionamento entre os órgãos é bom, mas poderia ser melhor, pois existem contrariedades, situações comuns em sociedades do interior.

Maria Luiza Steiner Fleck (1999), em sua dissertação *Em torno do fogo do Conselho: em busca de um final "feliz"*, investiga o Conselho Municipal de Educação e Cultura (CMEC) do município de Feliz. O município possui população de 10,177 habitantes (36,51%) na zona rural, de acordo com dados do IBGE da época. Seu CMEC foi criado em 1972.

O clima de centralização do poder da época pode explicar sua interrupção de vinte anos, podendo ser devido ao receio da população em se expor, tendo falta de espaço, uma vez que o país estava sob o regime militar. Em janeiro de 1998, Feliz era um dos quinze municípios do estado que haviam criado o seu próprio Sistema Municipal de Ensino. A autora afirma que, de acordo com a primeira ata de 1992, um grupo de educadores resolveu reativar o CMEC. Em 1993 mais uma vez houve a interrupção do Conselho e através de entrevistas, levou-se a crer que foi incentivada por motivos políticos. Em 1995, várias entidades foram convidadas para indicar representantes para reativar o Conselho e em 1998, de acordo com seu regimento interno, seriam nove membros sendo dois professores no mínimo (dois municipais, dois estaduais e dois particulares), um membro da prefeitura, um membro do meio artístico cultural e outro membro de entidades religiosas.

Após sua segunda reativação, o regimento foi rearticulado de forma que o Conselho é órgão consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador acerca dos temas que forem de sua competência. De acordo com Fleck (1999), são inúmeros os esforços da maioria dos municípios do RS em busca de uma educação de qualidade, porém as exigências são em grande número, lembrando que a maioria dos municípios não tem condições frente à carga exigida. É necessário respeitar as características locais e através de fóruns e discussões ouvir o que a sociedade tem a dizer. Não existem fórmulas prontas.

3. ANÁLISE DOS CMES

A partir da leitura e estudo das dissertações sobre a estrutura de cinco Conselhos Municipais de Educação, foi realizada uma análise de entrevistas efetuadas em três Conselhos Municipais de Educação do Rio Grande do Sul, os dos municípios de: Arroio do Meio, Picada Café e Travesseiro. Os municípios foram escolhidos pelo bom desempenho na Prova Brasil e por apresentarem Sistema Municipal de Ensino (SME). Dessa maneira, buscou-se investigar a influência do CME sobre os resultados e políticas de qualificação e gestão democrática da educação, questões apenas tangenciadas

nas dissertações referidas anteriormente.

Os municípios visitados são considerados pequenos. O maior e mais populoso é Arroio do Meio com 158 km² e 19.059 habitantes (IBGE – Censo 2010). De acordo com o site do INEP, o valor do IDEB (anos iniciais) 2007 desse município é 5.6, passando em 2009 a 6.0 e em 2011, a 6.1.

Dentre os três municípios pesquisados, o segundo maior e mais populoso é Picada Café com 83,30 km² e 4.824 habitantes (IBGE – Censo 2007). A média padronizada do IDEB desse município saltou de 5.2 para 5.7, de 2007 a 2009 e para 7.0 em 2011.

Em seguida está Travesseiro com 81,11 km² e 2.349 habitantes (IBGE – Censo 2000). A média do IDEB obteve crescimento de 5.4 para 6.0, de 2007 a 2009 e queda para 5.6 em 2011.

Podemos perceber que todos os municípios obtiveram aumento significativo em relação à média padronizada da Prova Brasil na comparação 2007 e 2009, quando Arroio do Meio, Picada Café e Travesseiro aumentaram 0.4, 0.5 e 0.6 pontos em sua média. De 2009 a 2011, dois municípios incrementaram ainda mais seus índices: Arroio do Meio e Picada Café aumentaram 0.1 e 1.3 pontos, respectivamente. Um dos fatores que pode ter contribuído para esse crescimento é a atuação dos Conselhos Municipais de Educação. Entretanto, verifica-se que Travesseiro não continuou avançando, pois de 2009 para 2011 sua nota diminuiu 0.4 pontos.

Todas as entrevistadas - presidente e ex-presidente - tem ensino superior completo e afirmam que seus municípios valorizam a formação continuada de professores e realizam grupos de discussão, com frequência. A cobrança pela qualidade do trabalho e resultados é perceptível.

Todos os CMEs foram, de certa forma, criados junto com a implantação do Sistema Municipal de Ensino, por volta do ano 2000. O CME de Arroio do Meio apresenta uma caminhada maior, porém, com a implantação do Sistema, o Conselho sofreu reorganização, pois era notória a necessidade de ampliar o Ensino Fundamental.

Os CMEs dos municípios pesquisados atuam como agentes que agilizam o encaminhamento de processos e também atuam revendo legislações. A seguir, estão caracterizadas as propostas de organização pedagógica e a atuação dos CMEs de cada um dos municípios.

3.1 CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARROIO DO MEIO

O Conselho Municipal de Educação de Arroio do Meio existe desde 1992 e foi criado por exigência local. Na época, suas funções ainda não estavam claras, porém, próximo ao período de criação do Sistema Municipal de Ensino, em 2001, o Conselho foi reestruturado. Começaram a ser realizados estudos e reorganizado

o regimento interno.

A atual presidente do CME já foi integrante no período de 2000 a 2005, retornou em 2010 e agora tem seu mandato iniciado em fevereiro de 2012. Tem graduação em Estudos Sociais habilitação em História, e pós-graduação em História Regional, pela Universidade de Santa Cruz do Sul. A presidente e a vice têm uma carga horária fixa de 22 horas dedicadas ao trabalho no Conselho.

O CME é formado por nove conselheiros. As instituições representadas são: um membro do Sindicato dos Professores – SIPRAM; um membro das Escolas de Educação Infantil – ECEI's; um membro do Círculo de Pais e Mestres das Escolas Municipais; dois membros do Executivo; dois membros da Secretaria de Educação e dois membros da Diretoria das Escolas. Quando há renovação de seus membros, há troca de apenas um terço dos atuantes, para não existir um grupo totalmente novato.

As reuniões plenárias acontecem mensalmente e mais seguidamente apenas quando surge necessidade. Além dessas reuniões, o Conselho trabalha em forma de comissões - grupos de estudo - e cada uma estuda um determinado tema que precisa ser debatido.

Existe boa relação com a Secretaria Municipal de Educação (SME). Pela legislação, as escolas devem se dirigir a Secretaria e esta deve encaminhar as demandas para o Conselho. Porém, a presidente ressalta a forte autonomia presente no CME, pois, apesar disso, as escolas entram, frequentemente, em contato com o CME para tirar dúvidas, o que ressalta o reconhecimento do trabalho desse colegiado. Tanto o CME quanto a SME respeitam os papéis de cada um.

É a Secretaria Municipal de Educação que organiza a formação continuada de professores. Porém, o CME sempre deixa clara sua opinião. Atualmente, são realizados seminários ministrados por professores e pesquisadores do próprio município. É uma prática centrada na reflexão, que valoriza os estudos locais. São 40 horas anuais de formação.

Existem seis escolas de Ensino Fundamental completo no município. Apesar de cada escola ter seu regimento próprio e sistema de avaliação, o Conselho tem papel importante na revisão dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP). Entretanto, o CME não participa efetivamente do processo de avaliação em larga escala.

O CME de Arroio do Meio é o único órgão colegiado que apresenta papel normativo no município e tendo também participação no Conselho do FUNDEB (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), no CAE (Conselho da Alimentação Escolar), no COMUDE (Conselho Municipal de Desenvolvimento), COMDICA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) e no CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social).

Como um dos principais temas tratados pelo CME atualmente, está a normatização sobre o EJA em uma das escolas

municipais.

3.2 CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PICADA CAFÉ

O Conselho Municipal de Educação de Picada Café foi criado em 2001, junto com a implantação do Sistema Municipal de Ensino. A atual presidente é formada em pedagogia pela Unisinos, e tem especialização em Metodologia de Ensino pela Feevale. Ela participa do grupo desde a criação do CME. Em janeiro de 2011, ela retornou na função de presidente.

A composição do Conselho se dá basicamente por indicações. O grupo de professores da rede municipal, o grupo de professores da rede estadual, os CPMs das redes municipal e estadual, a Secretaria da Saúde, entre outros, indicam, cada um, um titular e um suplente.

O Conselho Municipal de Educação tem uma organização um pouco diferenciada. Desde 2011, todos os integrantes titulares do Conselho tentam obter uma carga horária fixa semanal de 2 horas de dedicação ao CME para grupos de estudo. Os suplentes sempre são convidados para as reuniões mensais. A gestão do Conselho deve ser renovada a cada dois anos, porém os integrantes podem ser reconduzidos a mais dois anos. Isso gera a presença de grupos novatos frequentemente junto com membros mais experientes, de forma a dar continuidade ao trabalho.

A Rede Municipal de Ensino de Picada Café tem apenas uma escola de Educação Infantil, as outras são de uma fundação privada, duas Escolas Municipais de Ensino Fundamental e existe também no município uma escola estadual. Todas são de alguma maneira acompanhadas pelo CME. O Conselho não tem relação forte com o sistema de avaliação em larga escala.

Os professores das redes sempre tem contato com as decisões e estudos do Conselho. O vínculo com a Secretaria de Educação também é forte. A própria SME consulta o CME e desenvolvem trabalhos de parceria. O Conselho tem, basicamente, um papel consultivo e normativo. A participação dos pais no CME já foi mais forte, pois às vezes eles são considerados apenas presença sem uma participação e voz mais ativa. Quando a questão é a relação com outros grupos colegiados, a presidente afirma que há maior ligação com o Conselho do FUNDEB (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

A ex-presidente entrevistada, referindo à gestão democrática, afirma que um dos maiores desafios é a resistência das escolas quanto a criação dos Conselhos Escolares. Essas afirmam que os CPMs dão conta de todas as necessidades. Portanto, há um trabalho a ser realizado em termos de instalar e desenvolver uma cultura democrática e de participação.

Como um dos temas mais abordados pelo CME, as

entrevistadas citam a implantação de Turno Integral nas escolas. O projeto ajuda na formação do aluno numa perspectiva mais ampla, não apenas do currículo escolar, mas ajuda a constituir um espaço de vivência e cultura. A Escola de Tempo Integral, portanto, está em pleno desenvolvimento no município, o que é importante e tem o apoio do CME.

3.3 CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TRAVESSEIRO

A atual presidente do Conselho Municipal de Educação de Travesseiro é graduada em Letras e assumiu o cargo em 2011. O CME é constituído por dez componentes, representados por três professores das Escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil e Escola Estadual, dois pais, dois membros da Secretaria de Educação, três membros da direção das três escolas. A gestão do Conselho é trocada de dois em dois anos, podendo ser reconduzida a mais dois anos.

Existem momentos de estudo e mensalmente ocorrem as reuniões e o Encontro Regional dos Conselhos de Educação, onde o CME é representado pela presidente e mais um componente. As reuniões tratam de assuntos no sentido de normatizar questões para as escolas, discutir problemas e fazer propostas e planos de inovação.

O Conselho Municipal de Educação de Travesseiro discute bastante o tema das avaliações em larga escala. A presidente afirma que é um trabalho que deve ser preparado em conjunto, desde a educação infantil até o fundamental. O CME acompanha a direção e os professores em seu trabalho diário. Segundo a entrevistada, o bom resultado no IDEB aconteceu graças à parceria do Conselho com a Secretaria de Educação, com os professores e com as famílias. Além disso, nas reuniões pedagógicas os professores estudam, discutem e planejam. A oportunidade é vista como um momento de reflexão. Todo o corpo docente do município tem formação superior.

O trabalho é voltado para a parte moral do desenvolvimento da criança, além da parte intelectual. A entrevistada ressalta que é importante que as famílias não percam seu papel no processo de aprendizagem. Por isso, são realizadas reuniões e oficinas para trazer a família para a escola e mostrar o quão importante é a sua participação na vida escolar da criança.

Os maiores desafios do CME estão ligados à questão da normatização, pois muitas vezes não é compreendida pelos pais ou até pela escola. Essa é a parte que mais gera discussão. O CME se manifesta através de pareceres enviados às escolas. Além disso, a escola encaminha questões em reuniões pedagógicas que após serão discutidas pelos membros do Conselho. O Conselho Municipal de Educação trabalha junto ao Sistema Municipal de Ensino. Acredita-se que o Sistema encaminha o município para maior autonomia,

considerando que sem ele o município fica preso às leis maiores. Assim, existe mais autonomia nas tomadas de decisão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da sistematização de dissertações de mestrado, identificaram-se as dificuldades na gestão democrática nos CMEs de Porto Alegre, de Feliz, de Dom Pedrito, do município A da AMAJA e do município B da AMASBI, tais como: influências de ideologias políticas; falta de investimentos através de recursos públicos; falta de autonomia; medo da perda de poder e administração de conflitos. Assim, no estudo dos CMEs dos municípios de Travesseiro, Arroio do Meio e Picada Café, percebe-se semelhanças com estes impasses, porém, contrastam no que refere à falta de autonomia e comprometimento. "A essência de gestão democrática é o espaço de autonomia", (SILVA, 2009, p. 145), e, nos municípios onde foi feita a pesquisa, se vê maior autonomia e diálogo mais intenso, seja com a Secretaria, seja com as escolas.

A democratização da gestão é importante para a educação do município, pois propicia a contribuição da sociedade, o diálogo, o acesso e o conhecimento da realidade, além do comprometimento efetivo nas divisões de responsabilidades na sociedade. Os CMEs assumem uma postura de articulação entre governo e sociedade, proporcionam melhoria na qualidade do ensino e atuam com a participação de entidades representativas.

Pode-se perceber que o Conselho Municipal de Educação de Travesseiro é o que manifestou nas entrevistas maior interesse com os resultados obtidos na Prova Brasil 2009, procedendo a ações de acompanhamento. Os demais Conselhos buscam ter conhecimento dos resultados obtidos e também se mostram muito envolvidos com o conhecimento da realidade das escolas e com questões pedagógicas.

Apesar dos CMEs de Arroio do Meio e Picada Café não terem discussões aprofundadas sobre a questão da avaliação em larga escala, a participação ativa desses colegiados na educação dos municípios, interagindo com outros órgãos, instituições e comunidade escolar pode representar um fator importante nos resultados positivos no IDEB 2007, 2009 e 2011.

O município de Travesseiro é o que obteve um maior salto em sua média padronizada de 2007 a 2009, porém em 2011 teve queda de 0.4. Percebe-se um maior envolvimento desse Conselho nas questões de discussão dos dados obtidos na Prova Brasil e planos de ação. Pode-se levantar a hipótese de que a perda de 0.4 pontos no IDEB mobilize ainda mais o CME desse município.

Todos os municípios estudados têm uma rede escolar reduzida o que facilita relações de conhecimento pessoal para com os professores, os alunos e suas famílias. Nas entrevistas, é possível

também verificar que estas relações de conhecimento favorecem a um ambiente escolar de intensa responsabilização pela educação pública municipal.

A equipe da Secretaria é diminuta, o que é menos um problema e mais uma vantagem. Os profissionais da educação no município passam por diferentes posições na rede, sendo ora professores, ora membros do CME, ora participantes da Secretaria Municipal de Educação, bem como pais com filhos na escola pública, moradores da cidade cujos sobrinhos, filhos dos amigos e vizinhos frequentam a escola pública. Há proximidade dos membros do CME com a realidade da rede e com a realidade dos grupos da sociedade local. Assim, a atuação no CME não está distante do conhecimento das práticas pedagógicas realizadas nas escolas e do acompanhamento dos processos e projetos em cada uma.

Com esse estudo, fica claro que a reflexão e o diálogo participativo de todos os setores envolvidos na educação do município é de grande importância para uma educação de maior qualidade, esta entendida como atenta ao desempenho cognitivo dos alunos em todas as áreas e campos do conhecimento - incluindo língua portuguesa, matemática, história, geografia, artes, educação física, cidadania e convivência - bem como voltada para a gestão democrática e participativa.

O estudo, que ainda está em desenvolvimento sugere uma aproximação das ações do CME e das redes com as afirmativas dos artigos 8º e 9º da Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 4, de 13 de julho de 2010. Uma aproximação especialmente no que se refere à escola de qualidade social que adota o estudante e a aprendizagem como foco central de suas ações e que resgata e respeita as várias manifestações da comunidade, pois entende que educação ocorre na escola e fora dela.

REFERÊNCIAS

BIER, Sônia Elizabeth. **Compartilhando saberes: a constituição dos Conselhos Municipais de Educação no Estado do Rio grande do Sul**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2004.

FLECK, M. L. S. **Em torno do fogo do Conselho: em busca de um final "feliz"**. 1999. 253 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 1999.

Governo Federal. **Prefeitura Municipal de Arroio do Meio**. Disponível em: <<http://www.arroiodomeiors.com.br/>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

Governo Federal. **Prefeitura Municipal de Picada Café**. Disponível em: <<http://www.picadacafe.rs.gov.br/home/>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

Governo Federal. **Prefeitura Municipal de Travesseiro**. Disponível em: <<http://www.travesseiro.rs.gov.br/portal1/intro.asp?iIdMun=100143425>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Portal IDEB**. Disponível em: <<http://www.portalideb.com.br>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

LORD, Lúcio José Dutra. **O Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre: estrutura, funcionamento e papel político-pedagógico**. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre: 2005.

Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica. **Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010**. Disponível em: <http://www.ca.ufsc.br/files/2012/05/rceb004_10.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2012.

ROSA, Wanderlan Barreto da. **Estilo de gestão em Conselhos municipais e sua influência numa administração pública municipal: caso do Conselho Municipal de Educação de Dom Pedrito – RS**. 2001. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração. Porto Alegre: 2001.

SILVA, Darci Bueno da. **Conselhos Municipais de Educação na Instituição dos Sistemas Municipais de Ensino do Rio Grande do Sul**. 2009. 160 f. (Mestrado em Educação). Faculdade de

Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

WERLE, F. O. C. **Conselhos Municipais de Educação: Estudo Genético-Histórico**. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, São Paulo, v. 103, p. 123-135, 1998.

WERLE, F. O. C. **Gestão da Educação Municipal: Composição dos Conselhos Municipais de Ensino no Rio Grande do Sul**. Ensaio. Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 1, p. 16-35, 2006.

WERLE, F. O. C., THUM, A. B., ANDRADE, A. C. **O Sistema Municipal de Ensino e suas implicações para a atuação do Conselho Municipal de Educação**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 24, p. 79-109, 2008.